Diário Oficial Eletrônico

Município de São José do Ouro/RS

Criado pela Lei Municipal nº 2456/2019 de 15.07.2019





Estado do Rio Grande do Sul

DECRETO N.º 054/2024 DE 26 DE JULHO DE 2024

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOSÉ BIANCHIN, Prefeito Municipal de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando as disposições da Lei Municipal n.º 2693/2023, art. 20, de 26 de outubro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º Abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 55.000,00 (CINQUENTA E CINCO MIL REAIS) classificados na(s) seguinte(s) dotação(ções) orçamentária(s):

ÓRGÃO	RUBRICA	PROJ. /ATIV.	VALOR EM R\$
0501	319004000000	2024	30.000,00
0501	339003900000	2020	25.000,00

Art. 2º Servirá de recursos para dar cobertura o que trata o artigo anterior, a redução orçamentária no valor de R\$ 55.000,00 (CINQUENTA E CINCO MIL REAIS) classificado(s) na(s) seguinte(s) dotação(ções) orçamentária(s):

ÓRGÃO	RUBRICA	PROJ. /ATIV.	VALOR EM R\$
0501	319013000000	2020	25.000,00
0501	339013000000	2024	30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL SÃO JOSÉ DO OURO – RS, 26 DE JULHO DE 2024

Antonio José Bianchin Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE EM 26 DE JULHO DE 2024

Zeferino Marcante Sec. Geral da Administração



Estado do Rio Grande do Sul

LEI MUNICIPAL N.º 2730/2024 DE 26 DE JULHO DE 2024

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO E SOBRE O PAGAMENTO DO SUBSÍDIO REMUNERATÓRIO DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA REFERENTE AO PERÍODO DE 2025 A 2028, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO – RS.

ANTONIO JOSÉ BIANCHIN - Prefeito Municipal de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 54, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O pagamento do subsídio remuneratório dos vereadores, para a legislatura referente ao período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, no município de São José do Ouro, é fixado em R\$ 2.271,00 (dois mil duzentos e setenta e um reais).

§ 1º O vereador que exercer a Presidência da Câmara Municipal, durante o seu mandato na Mesa, receberá subsídio com valor de R\$ 3.028,00 (três mil e vinte e oito reais).

§ 2º É facultado ao vereador, quando for servidor titular de cargo, emprego e função:

 I – perceber as vantagens de seu cargo, emprego ou função cumulativamente com o subsídio mensal de vereador, previsto no caput deste artigo, desde que haja compatibilidade de horários;

II - optar pela sua remuneração de origem.

§ 3º O vice-presidente, o secretário, nas hipóteses previstas no Regimento Interno da Câmara, ao substituírem o Presidente, em seus impedimentos legais, licenças e ausências, perceberão proporcionalmente aos dias de titularidade do cargo, o valor do subsídio mensal previsto no § 1º deste artigo.

Art. 2º A ausência injustificada de vereador, em sessão ordinária observados os critérios regimentais perderão cinquenta por cento de seu subsídio por sessão.

Art. 3º O suplente de vereador, quando convocado, receberá subsídio mensal, nos termos previstos nesta Lei, de forma proporcional ao período de tempo que permanecer na titularidade do cargo, independentemente do número de sessões plenárias.



Estado do Rio Grande do Sul

Art. 4º Os vereadores contribuirão, no período a que se refere esta Lei, para o Regime Geral de Previdência Social, observadas as regras previstas na legislação federal.

§ 1º No caso de o vereador ser titular de cargo efetivo, a contribuição será feita para o respectivo Regime Próprio de Previdência Social, no caso de o município não ter o RPPS a contribuição continua o regime geral de previdência social.

Art. 5º Quando em licença-saúde, se o valor do benefício previdenciário for inferior ao valor do subsídio mensal do Vereador, a Câmara Municipal complementará o valor até a integralidade, observado o valor indicado no caput do art. 1º desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2025, cessando seus efeitos em 31 de dezembro de 2028.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL SÃO JOSÉ DO OURO, RS, 26 DE JULHO DE 2024

> ANTONIO JOSÉ BIANCHIN PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE EM 26 DE JULHO DE 2024

Zeferino Marcante Sec. Geral da Administração



Estado do Rio Grande do Sul

LEI MUNICIPAL N.º 2731/2024 DE 26 DE JULHO DE 2024

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO E SOBRE O PAGAMENTO DO SUBSÍDIO REMUNERATÓRIO DE PREFEITO, DE VICE-PREFEITO E DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA O QUATRIÊNIO 2025 A 2028, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO – RS.

ANTONIO JOSÉ BIANCHIN - Prefeito Municipal de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 54, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º O pagamento do subsídio remuneratório do prefeito, do vice-Prefeito e dos secretários Municipais, para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, no município de São José do Ouro RS, é fixado de acordo com os seguintes valores:
- I para o prefeito, R\$ R\$ 13.248,09 (treze mil e duzentos e quarenta e oito reais e nove centavos).
- II para o vice-prefeito: R\$ R\$ 6.624,05 (seis mil seiscentos e vinte quatro reais e cinco centavos).
- III para os secretários municipais. R\$ 4.542,20 (quatro mil quinhentos e quarenta e dois reais e vinte centavos).
- § 1º No caso de substituição do prefeito, mediante transmissão do cargo, o vice-prefeito receberá proporcionalmente aos dias de titularidade do cargo, o valor do subsídio mensal previsto no inciso I do caput do art. 1º desta Lei.
- § 2º Até o dia 20 de dezembro de cada ano, o prefeito, viceprefeito e secretários municipais receberão décimo terceiro subsídio em valor equivalente ao seu respectivo subsídio mensal.
- § 3º O subsídio mensal do vice-prefeito não será alterado, na hipótese de ele assumir cumulativamente a titularidade de uma secretaria municipal.
- § 4º É facultado, ao prefeito, quando for servidor titular de cargo, emprego e função, optar pela sua remuneração de origem.
- Art. 2º As férias do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais observarão as seguintes regras:
- I serão gozadas em período de 30 dias, a partir de 1º de janeiro de 2026, admitindo-se fracionamento deste período em etapas não inferiores a cinco dias:
- II serão remuneradas com adicional de um terço, calculado sobre o valor do respectivo subsídio mensal, com pagamento no gozo do primeiro período;

"O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente"



Estado do Rio Grande do Sul

III – o adicional de férias equivalente ao período de 1º de janeiro de 2028 a 31 de dezembro de 2028 será indenizado com pagamento em janeiro de 2029.

Parágrafo único. Havendo troca de titularidade no cargo de secretário municipal, o período de gozo de férias será computado a partir da respectiva nomeação.

Art. 3º O prefeito, o vice-prefeito e os secretários municipais contribuirão, no período a que se refere esta Lei, para o Regime Geral de Previdência Social, observadas as regras previstas na legislação federal.

Parágrafo único. No caso de o prefeito, o vice-prefeito ou o secretário municipal ser titular de cargo efetivo, a contribuição será feita para o respectivo Regime Próprio de Previdência Social, observadas as regras da legislação previdenciária aplicável ao caso.

Art. 4º Quando em licença-saúde, se o valor do benefício previdenciário for inferior ao valor do subsídio mensal do prefeito, do vice-prefeito ou dos secretários municipais, o Município complementará o valor até a integralidade, observados os valores indicados respectivamente nos incisos I, II e III do caput do art. 1º desta Lei.

Art. 5° Esta Lei entra em vigor no dia 1° de janeiro de 2025, cessando seus efeitos em 31 de dezembro de 2028.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL SÃO JOSÉ DO OURO, RS. 26 DE JULHO DE 2024

> ANTONIO JOSÉ BIANCHIN PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE EM 26 DE JULHO DE 2024

Zeferino Marcante Sec. Geral da Administração



SÃO JOSÉ DO OURO, 26 DE JULHO DE 2024 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital de Convocação, o(a) Presidente da Comissão Provisória do **Partido Liberal, do município de São José do Ouro/RS, CONVOCA** todos os convencionais a participarem da Convenção Municipal que será realizada no dia 03 de agosto de 2024, neste município, na Câmara de Vereadores, Avenida/Rua Antônio Finco, nº 330, bairro Centro, com início às 14 horas e término às 17horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

- I Deliberação sobre Coligação para eleição majoritária;
- II Escolha dos candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;
- III Designação de um representante, em caso de Coligação, o qual terá atribuições equivalentes às de presidente do partido no trato dos interesses e na representação no que se refere ao processo eleitoral;
- IV Designação de até 3 (três) pessoas, em caso de Coligação, para desempenharem a função de delegado perante o juízo eleitoral;
- V Sorteio dos números dos candidatos a Vereador, caso necessário;

VI - Demais assuntos referentes às eleições de 2024.

Paulo Roberto Alves de Matos

Presidente da Comissão Provisória PL/São José do Ouro/RS.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CONVENÇÃO

MUNICIPAL

O Presidente da Comissão Provisória Municipal do Podemos - PODE, na forma da legislação vigente e do Estatuto do Partidário, convoca seus convencionais para participarem de Convenção Municipal a ser realizada no dia 02 de agosto de 2024, na Rua Elias Mendes de Araújo, nº 65, Bairro Altos da Esperança, com primeira chamada às 14:00 horas e para as 14:30 horas, segunda chamada, para deliberar sobre a seguinte

ORDEM DO DIA:

- a) Escolha dos candidatos ao pleito municipal;
- b) Decidir sobre coligações; e,
- c) Outros assuntos de interesse partidário e eleitoral.

São José do Ouro, 26 de julho de 2024.

Presidente